

**ANO II - EDIÇÃO Nº 218 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO:** Palmas, Segunda-Feira, 06 de fevereiro de 2017.

### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

#### PORTARIA Nº 062/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça RODRIGO GRISI NUNES para, cumulativamente, atuar na 7ª Promotoria de Justiça de Araguaína, no período de 06/02/2017 a 10/02/2017, em substituição ao Promotor de Justiça MOACIR CAMARGO DE OLIVEIRA.

Art. 2º REVOGAM-SE as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 2 de fevereiro de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 063/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

Considerando a deliberação, à unanimidade, do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, tomada na 174ª Sessão Ordinária, ocorrida no dia 16 de dezembro de 2016, para designação de membro para dar prosseguimento ao feito descrito adiante, em razão de não acolhimento da promoção de arquivamento proposta pelo membro daquela Promotoria de Justiça;

Considerando os dispostos no art. 116, inciso I, da Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, e no artigo 21, § 5º, inciso II, da Resolução nº 003/2008 do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins

Considerando a arguição de suspeição declarada pelo 6º Promotor de Justiça de Gurupi designado para atuar nos aludidos autos, conforme Portaria nº 1004/2016;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o 9º Promotor de Justiça de Gurupi para atuar nos Autos CSMP nº 365/2016, referente à Promoção de arquivamento do Inquérito Civil Público nº 011/2014, oriundo da 8ª Promotoria de Justiça de Gurupi.

PUBLIQUE – SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 2 de fevereiro de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 064/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 17, III, "I", e 131, § 4º da Lei Complementar Estadual nº 51, de 02 de janeiro de 2008, Ato nº 11/2010, Ato nº 039/2008 e Resolução nº 30 do CNMP;

RESOLVE:

Art. 1º INDICAR ao Senhor Procurador da República Regional Eleitoral, para fins de designação, o Promotor de Justiça abaixo relacionado, que atuará perante a Justiça Eleitoral, no período especificado:

Z.E.	SEDE	PROMOTOR DE JUSTIÇA ELEITORAL	PERÍODO
23ª	PEDRO AFONSO	RAFAEL PINTO ALAMY	01/01/2017 a 31/12/2018

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 02 de fevereiro de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 065/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 17, III, "I", e 131, § 4º da Lei Complementar Estadual nº 51, de 02 de janeiro de 2008, Ato nº 11/2010, Ato nº 039/2008 e Resolução nº 30 do CNMP;

RESOLVE:

Art. 1º Indicar ao Procurador da República Regional Eleitoral, para fins de designação, o Promotor de Justiça abaixo relacionado, que atuou perante a Justiça Eleitoral, no período especificado, conforme abaixo:

Z.E.	SEDE	PROMOTOR DE JUSTIÇA ELEITORAL	PERÍODO
23ª	Pedro Afonso	Luiz Antônio Francisco Pinto	07/01/2017 a 31/01/2017

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 02 de fevereiro de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2016.0701.00488

ASSUNTO: Procedimento Licitatório para formação de Ata de Registro de Preços objetivando a aquisição e instalação de condicionadores de ar, tipo split.

INTERESSADA: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

**DESPACHO Nº 043/2017** – Na forma do artigo 17, inciso IX, alínea "c", item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008; devidamente cumpridos os requisitos previstos no art. 38, da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02 e no Decreto Federal nº 7.892/13, bem como nos Atos PGJ nº 014/2013 e nº 021/2016, considerando as manifestações favoráveis constantes no Parecer Administrativo nº

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Procurador-Geral de Justiça

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Subprocurador-Geral de Justiça

**FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO**  
Chefe de Gabinete da PGJ

**UILITON DA SILVA BORGES**  
Diretor-Geral

### CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Corregedor-Geral

**LEILA DA COSTA VILELA MAGALHAES**  
Corregedora-Geral Substituta

**OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR**  
Promotor-Corregedor

**PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO**  
Promotor-Corregedor

**FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA**  
Chefe de Gabinete

### COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Presidente do Colégio de Procuradores

**ELAINE MARCIANO PIRES**  
Procuradora de Justiça  
Secretária do Colégio de Procuradores

**LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES**  
Procuradora de Justiça

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Procurador de Justiça

**ALCIR RAINERI FILHO**  
Procurador de Justiça

**VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA**  
Procuradora de Justiça

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Procurador de Justiça

**JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU**  
Procurador de Justiça

**RICARDO VICENTE DA SILVA**  
Procurador de Justiça

**MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA**  
Procurador de Justiça

**JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR**  
Procurador de Justiça

**JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ**  
Procuradora de Justiça

### CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Presidente do Conselho

**JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU**  
Membro - Secretário do Conselho

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Membro - Corregedor-Geral do MPE

**ALCIR RAINERI FILHO**  
Membro

**MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA**  
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6  
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO  
Telefone: (63) 3216-7600

011/2017, às fls. 67/70, exarado pela Assessoria Especial Jurídica, e no Parecer Técnico nº 009/2017, às fls. 71/73, emitido pela Controladoria Interna, ambas desta Instituição, AUTORIZO a abertura de procedimento licitatório para formação de Ata de Registro de Preços objetivando a aquisição e instalação de condicionadores de ar, tipo split, incluindo as instalações das partes elétricas, drenos e demais serviços da estrutura e acabamentos, destinados ao atendimento das necessidades das Promotorias de Justiça da Capital e do interior do Estado do Tocantins e da sede da Procuradoria-Geral de Justiça em Palmas, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, sob a forma de SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas – TO, 2 de fevereiro de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Recesso natalino  
INTERESSADO: FÁBIO VASCONCELLOS LANG

**DESPACHO Nº 044/2017** - À vista do que consta das informações consignadas nos assentamentos funcionais do Membro adiante nominado, DEFIRO, nos termos da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, art. 17, inciso V, alínea "h", item 1, o pedido formulado pelo Promotor de Justiça FÁBIO VASCONCELLOS LANG para conceder-lhe 05 (cinco) dias de folga a serem usufruídos no período de 20 a 24 de fevereiro de 2017, referentes aos dias que permaneceu em exercício durante o recesso natalino de 2016/2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 02 de fevereiro de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Compensação de plantão  
INTERESSADO: FÁBIO VASCONCELLOS LANG

**DESPACHO Nº 045/2017** – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO, nos termos do art. 17, inciso V, alínea "h", item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008 e Ato nº 068/2014, o pedido formulado pelo Promotor de Justiça FÁBIO VASCONCELLOS LANG, para conceder-lhe 03 (três) dias de folga, a serem usufruídos nos dias 01, 02 e 03 de março de 2017, em compensação aos dias 15 e 16/11/2014; 29 e 30/08/2015 e 02 e 03/04/2016, os quais permaneceu de plantão.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 02 de fevereiro de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Recesso natalino  
INTERESSADO: GUILHERME GOSELING ARAÚJO

**DESPACHO Nº 047/2017** - À vista do que consta das informações consignadas nos assentamentos funcionais do Membro adiante nominado, DEFIRO, nos termos da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, art. 17, inciso V, alínea "h", item 1, o pedido formulado pelo Promotor de Justiça GUILHERME GOSELING ARAÚJO para conceder-lhe 18 (dezoito) dias de folga a serem usufruídos no período de 17 de abril a 04 de maio de 2017, referentes aos dias que permaneceu em exercício durante o recesso natalino de

2015/2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 02 de fevereiro de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

## DIRETORIA-GERAL

### PORTARIA DG Nº 030/2017

O Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 97 da Resolução nº 008/2015/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ nº. 004/2013, de 17 de janeiro de 2013.

Considerando a necessidade do serviço a ser desenvolvido no(a) 9ª Promotoria de Justiça de Araguaína-TO, exposta no requerimento sob protocolo Nº 07010151692201731, em 02 de fevereiro de 2017, da lavra do Dr. Sidney Fiori Júnior, Promotor de Justiça.

R E S O L V E:

Art. 1º. Interromper, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias do(a) servidor(a) DeJane Pereira David, no dia 09/02/2017, referentes ao período aquisitivo 2015/2016, marcadas anteriormente de 06/02/2017 a 24/02/2017, assegurando o direito de usufruto desse 01 (um) dia em época oportuna, já tendo recebido o adicional de férias.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas – TO, 03 de fevereiro de 2017.

Uiliton da Silva Borges  
Diretor-Geral  
P.G.J

### PORTARIA DG Nº 031/2017

O Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 97 da Resolução nº 008/2015/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ nº. 004/2013, de 17 de janeiro de 2013.

Considerando a necessidade do serviço a ser desenvolvido no(a) 9ª Procuradoria de Justiça, exposta no requerimento sob protocolo nº 07010151727201731, em 03 de fevereiro de 2017, da lavra do Dr. Francisco Rodrigues de Souza Filho, Promotor de Justiça/ Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça.

R E S O L V E:

Art. 1º. Interromper, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias do(a) servidor(a) Jennifer Gomes Martiniano, a partir do dia 01/02/2017, referentes ao período aquisitivo 2016/2017, marcadas anteriormente de 16/01/2017 a 14/02/2017, assegurando o direito de usufruto desses 14 (quatorze) dias em época oportuna, já tendo recebido o adicional de férias.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas – TO, 03 de fevereiro de 2017.

Uiliton da Silva Borges  
Diretor-Geral  
P.G.J

### APOSTILA Nº 002/2017/CHGAB/DG

O CHEFE DE GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA e o DIRETOR GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DE

JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 2º, inciso I, alínea b, combinado com o parágrafo único do mesmo artigo, do ATO nº 04, de 17 de janeiro de 2013, e com base nas informações fornecidas pelo Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento,

RESOLVEM:

Apostilar a Decisão nº 014/2017, publicada no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins em 01 de fevereiro de 2017, referente a Concessão de Flexibilização de Jornada Diária de Trabalho à Servidora Dieny Rodrigues Teles.

Art. 1º. Na Decisão nº 014/2017, de 30 de janeiro de 2017.

Onde se lê:

ASSUNTO:	Horário Especial de Trabalho
----------	------------------------------

Leia-se:

ASSUNTO:	Flexibilização de Jornada Diária de Trabalho
----------	--

PUBLIQUE -SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas-TO, 02 de fevereiro de 2017.

Francisco Rodrigues de Souza Filho  
Promotor de Justiça/Chefe de Gabinete  
P.G.J

Uiliton da Silva Borges  
Diretor-Geral  
P.G.J.

AUTOS Nº: 2017.0701.00066

PARECER Nº: 023/2017

ASSUNTO: Flexibilização da jornada diária de Trabalho

INTERESSADA: Alessandra Batista Silva

### DECISÃO Nº. 016/2017

À vista do que constam no Requerimento da servidora (fls. 02/03) e na manifestação formal da sua Chefia imediata carreada às fls. 13/14, onde restou plenamente demonstrado o atendimento as exigências do Ato/PGJ Nº 056/2015, considerando ainda a ponderação apontada no Parecer nº 023/2017, da Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral, de 02 de fevereiro de 2017 (fls. 17/20), em conformidade com os dispostos do artigo 2º c/c §1º do art. 3º, ambos do citado Ato, e por força do artigo 2º, inciso I, alínea "b", c/c artigo 2º, inciso VII, parágrafo único, ambos do Ato/PGJ nº 004, de 17 de janeiro de 2013, DEFERIMOS o pedido formulado pela servidora ALESSANDRA BATISTA SILVA, matrícula nº 659244, ocupante do cargo de Assessora Jurídica de Procurador de Justiça, lotada atualmente na 12ª Procuradoria de Justiça, concedendo-lhe a flexibilização da sua carga horária de trabalho para ser realizada no período das 12:00 às 19:00 horas, pelo prazo de 01 (um) ano (06/02/2017 à 06/02/2018).

Notifique a servidora requerente desta Decisão.

Publique-se no D.O.M.P.E e no D.O.E. Arqueive-se temporariamente os autos no Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento. Cumpra-se.

Palmas, 02 de fevereiro de 2017.

Francisco Rodrigues de Souza Filho  
Promotor de Justiça/Chefe de Gabinete  
P.G.J

Uiliton da Silva Borges  
Diretor-Geral  
P.G.J

## 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 016/2017/6ªPJ

INVESTIGANTE: Airton Amílcar Machado Momo, Promotor de Justiça. FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Representação nº 033/2012

FATO(S) EM APURAÇÃO: refere a irregularidades na execução dos programas habitacionais de moradia popular do Município de Carmolândia nos anos de 2010 a 2012, em que famílias carentes teriam sido preteridas para o favorecimento de servidores públicos, inclusive a servidora responsável pela execução do programa, Maria Aparecida Bueno Peixoto, e que, requisitadas informações sobre o desenvolvimento dos mencionados programas, o Município de Carmolândia informou não ter encontrado a documentação, apontando para possível supressão de documentos públicos;

INVESTIGADO(S): Município de Carmolândia-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína - TO, 23 de Janeiro de 2017.

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 020/2017/6ªPJ

INVESTIGANTE: Airton Amílcar Machado Momo, Promotor de Justiça. FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Representação 132/2012

FATO(S) EM APURAÇÃO: Que no ano de 2012 servidor do NATURATINS em Araguaína não trabalhou e teve a folha de frequência assinada pelo gerente, além de que carros lotados no órgão seriam conduzidos por terceiros sem autorização, com indicativo de enriquecimento ilícito.

INVESTIGADO(S): NATURATINS de Araguaína-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína - TO, 23 de Janeiro de 2017.

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 021/2017/6ªPJ

INVESTIGANTE: Airton Amílcar Machado Momo, Promotor de Justiça. FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Notícia de Fato 191/2012

FATO(S) EM APURAÇÃO: lesão ao erário na execução dos contratos firmados entre o Estado do Tocantins e as empresas MVL Construções Ltda. e DM Construtora de Obras Ltda., tendo por objeto a reforma do Presídio Barra da Grotá, em Araguaína, realizada nos anos de 2010 e 2011, apontando superfaturamento de preços e quantitativos, pagamentos de serviços não realizados e outras irregularidades.

INVESTIGADO(S): Estado do Tocantins, MVL Construções Ltda. e DM Construtora de Obras Ltda..

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína - TO, 24 de Janeiro de 2017.

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público 024/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 024/2017/6ªPJ

INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína – TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Processo nº 2011/22539

FATO(S) EM APURAÇÃO: Irregularidades praticadas por Antônio Mota, noticiadas pelo Tribunal de Contas do Tocantins, o instaurou procedimento de ofício para tomada de contas do Município de Aragominas referente ao exercício de 2010, haja vista a omissão do gestor em prestar contas;

INVESTIGADO(S): Antonio Mota e Município de Aragominas-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína - TO, 02 de fevereiro de 2017.

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público 025/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotoria de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 025/2017/6ªPJ

INVESTIGANTE: Ministério Público do Estado do Tocantins

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: De ofício.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar supostas irregularidades na administração dos loteamentos Ana Maria, localizada neste Município.

INVESTIGADO(S): Município de Araguaína.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína, 30 de janeiro de 2017.

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público 026/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotoria de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 026/2017/6ªPJ

INVESTIGANTE: Ministério Público do Estado do Tocantins

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: De ofício.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar possíveis irregularidades na gestão de recursos destinada à pavimentação asfáltica do Setor Nova Araguaína, em Araguaína-TO.

INVESTIGADO(S): Município de Araguaína.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína, 30 de janeiro de 2017.

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público 027/2017, a fim de que qualquer

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotoria de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 027/2017/6ªPJ

INVESTIGANTE: Ministério Público do Estado do Tocantins

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: De ofício.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar possíveis irregularidades na gestão de recursos destinada à pavimentação asfáltica da Rodovia TO 226 que liga a BR-153 ao Povoado Garimpinho, Município de Araguaína-TO.

INVESTIGADO(S): Município de Araguaína.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína, 30 de janeiro de 2017.

#### **EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público 028/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotoria de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 028/2017/6ªPJ

INVESTIGANTE: Ministério Público do Estado do Tocantins

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: De ofício.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar possíveis irregularidades na gestão de recursos destinada à pavimentação asfáltica do Setor Palmas, em Araguaína-TO.

INVESTIGADO(S): Município de Araguaína.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína, 01 de fevereiro de 2017.

#### **EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público 029/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotoria de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 029/2017/6ªPJ

INVESTIGANTE: Ministério Público do Estado do Tocantins

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: De ofício.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar possíveis irregularidades na gestão de recursos destinada à pavimentação asfáltica do Setor Vila Goiás, em Araguaína-TO.

INVESTIGADO(S): Município de Araguaína.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína, 01 de fevereiro de 2017.

#### **EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público 031/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotoria de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 031/2017/6ªPJ

INVESTIGANTE: Ministério Público do Estado do Tocantins

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos

6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Acórdão nº 272/2011 TCE/TO.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar possíveis irregularidades na prestação de contas do ordenador de despesas da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Tocantins, relativas ao exercício financeiro de 2007, na gestão do Senhor Herbert Brito Barros.

INVESTIGADO(S): Herbert Brito Barros.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína, 14 de novembro de 2016.

## **22ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL**

#### **EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente aos Promotores de Justiça oficiantes, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: ICP/0001/2017

FUNDAMENTOS: Art. 10, inciso XX, da Lei de Improbidade Administrativa.

ORIGEM: Procedimento Preparatório nº 2016/9497

FATO(S) EM APURAÇÃO: Averiguar eventual ato de improbidade administrativa no repasse de recursos públicos, por meio de emendas parlamentares, à entidade desportiva Automóvel Clube do Estado do Tocantins, sem a devida finalidade pública e sobrepreço na prestação de serviços.

INVESTIGADO(S): A. C. d. E. d. T. E. N. e S. R. M;

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas, 27 de janeiro de 2017.

#### **EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente aos Promotores de Justiça oficiantes, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: ICP/0002/2017

FUNDAMENTOS: Art. 10, inciso XX, da Lei de Improbidade Administrativa.

ORIGEM: Procedimento Preparatório nº 2016/9497

FATO(S) EM APURAÇÃO: Averiguar eventual ato de improbidade administrativa no repasse de recursos públicos, por meio de emendas parlamentares, à entidade desportiva Aeroporto Esporte Clube, sem a devida finalidade pública e sobrepreço na prestação de serviços.

INVESTIGADO(S): A. E. C. W. A. d. C e S. R. M;

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas, 27 de janeiro de 2017.

#### **EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente aos Promotores de Justiça oficiantes, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: ICP/0003/2017

FUNDAMENTOS: Art. 10, inciso XX, da Lei de Improbidade Administrativa.

ORIGEM: Procedimento Preparatório nº 2016/9497

FATO(S) EM APURAÇÃO: Averiguar eventual ato de improbidade administrativa no repasse de recursos públicos, por meio de emendas parlamentares, à entidade desportiva Associação dos Fusqueiros do Tocantins, sem a devida finalidade pública e sobrepreço na prestação de serviços.

INVESTIGADO(S): A. d. F. A. L. L. e S. R. M;

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas, 27 de janeiro de 2017.